

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Institucionalização de Sistemas Partidários em Regimes
Multipartidários Pós-Guerra: o caso de Angola

José Sisto Manuel Sacatu

Mestrado em Ciência Política

Orientadora:

Doutora Cláudia Generoso de Almeida, Investigadora Auxiliar
Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Novembro, 2021



SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

Institucionalização de Sistemas Partidários em Regimes
Multipartidários Pós-Guerra: o caso de Angola

José Sisto Manuel Sacatu

Mestrado em Ciência Política

Orientadora:

Doutora Cláudia Generoso de Almeida, Investigadora Auxiliar
Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Novembro, 2021

Índice

Agradecimentos	3
Resumo	4
Abstract	6
Lista de Siglas	8
Lista de Tabelas	9
Introdução	10
Relevância do tema, problemática e argumento.....	10
Metodologia da investigação.....	11
Estrutura da Tese.....	18
1. Características e foco da Institucionalização de Sistemas Partidários	19
2. Fatores que influenciam a ISP	22
3. O conflito armado e o seu desfecho como mecanismo ambiental	23
4. Institucionalização do Sistema Partidário Angolano	29
4.1. O grau hiperinstitucionalizado	29
4.2. Influência da guerra civil e do seu desfecho	35
5. Conclusões	38
6. Bibliografia	40
Anexo 1	44
Anexo 2	46
Anexo 3	49
7. Curriculum Vitae	54

Agradecimentos

A presente investigação, embora tenha sido um árduo trabalho individual, autónomo e bastante solitário, tem uma influência notável e qualitativa de várias pessoas e contextos. Muitos são os apoios que recebi e destaco alguns para evitar que a lista seja interminável.

À minha orientadora, Professora Claudia Generoso de Almeida, pela disponibilidade, atenção e destreza na forma como acompanhou a presente dissertação, que a enriqueceu. Aos meus colegas e amigos que, nas longas conversas travadas, ajudaram a clarificar algumas perspetivas. Destaco: Cláudio Cambinda, Eduardo Rocha Bié, Mario Zezano, José Ndalú, Albino Wassuka e Délcio Ferreira. À Otília pela disponibilidade em olhar para os textos com a delicadeza necessária, ajudando no processo de me fazer entender.

À minha família. Aos meus pais, Artur Sacatu e Ana Domingas, pela vigilância, suporte, orações e paciência. Aos meus irmãos, Pedro, Paulo, Lena, Loide, Jéssica, Fedinho e Jessy, pela amizade, companheirismo, preocupação e assunção da minha causa como sua.

Aos senhores bispos, Gabriel Bilingi e Zacarias Kamwenho, pelo suporte aos meus projetos. Bem como, aos padres Alcides Lumbo e Plácido Kwaya por tudo que representam.

Àqueles que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste sonho, muito obrigado.

Resumo

Uma literatura crescente sobre sistemas partidários e partidos políticos tem se dedicado ao desenvolvimento destes em contextos pós-guerra civil, incidindo menos sobre a influência que conflitos armados intraestatais e processos de pacificação têm no desenvolvimento de sistemas partidários. Esta investigação tem como objetivo principal analisar a influência da guerra civil e respetiva pacificação na formação e desenvolvimento de sistemas partidários em regimes multipartidários pós-guerra.

A partir de um estudo de caso único, esta investigação procurou entender de que forma a guerra civil e o modo como terminou influenciou a institucionalização do sistema partidário em Angola, com o argumento de que os legados da guerra e da paz têm um impacto crítico na formação e desenvolvimento de instituições políticas em contextos pós-guerra no sentido de constituírem um mecanismo ambiental. Para tal, fez-se uma análise quantitativa para medir o grau de institucionalização do sistema partidário neste país africano, desde o fim da guerra civil, e de seguida uma análise qualitativa para compreender a forma como aqueles legados influenciaram esse mesmo grau de institucionalização.

A análise permitiu observar que o sistema partidário angolano desde o fim da guerra civil em 2002 se caracteriza pelo seu grau hiperinstitucionalizado. O Esta hiperinstitucionalização é influenciada pelo passado de guerra civil e pela vitória militar do governo que conduziu ao seu desfecho. As eleições analisadas, apesar de serem consideradas internacionalmente livres e justas, e aceites os resultados eleitorais pela oposição, tiveram severas críticas a nível interno. Permite também concluir, por um lado, que o conflito armado teve um impacto maior sobre os padrões estáveis de competição eleitoral no sistema angolano – com o seu efeito congelador – criando um sistema de partido dominante e, por outro lado, centrando a disputa político-eleitoral em torno dos ex-beligerantes (MPLA e UNITA), diminuindo, assim, o impacto de outros partidos políticos formados antes e depois do fim da guerra. No caso angolano, os organismos político-partidários, particularmente os ex-beligerantes, continuaram organizações estáveis apesar dos efeitos do conflito civil no reposicionamento dos mesmos face ao novo contexto. O conflito propiciou no pós-guerra uma disputa política eleitoral centrada nos ex-beligerantes. O MPLA e a UNITA ocuparam o espaço político nacional. Este cenário faz com que apenas eles possam obter mais votos ao longo do tempo, ou seja, o

MPLA concentra a maior fatia de votos perdendo alguns porcentos ao seu adversário ex-oponente no conflito.

Palavras – Chave: institucionalização de Sistemas Partidários; Guerra Civil; Pacificação; Angola.

Abstract

A growing literature on party systems and political parties has been devoted to their development in post-civil war contexts, focusing less on the influence that intra-state armed conflict and peacemaking processes have on the development of party systems. The main objective of this research is to analyze the influence of civil war and its pacification on the formation and development of party systems in post-civil war multi-party regimes.

Based on a single case study, this research sought to understand how the civil war and its aftermath influenced the institutionalization of the party system in Angola, arguing that the legacies of war and peace have a critical impact on the formation and development of political institutions in post-war contexts as an environmental mechanism. For this, a quantitative analysis was done to measure the degree of institutionalization of the party system in this African country since the end of the civil war, and then a qualitative analysis to understand how those legacies influenced that same degree of institutionalization.

The analysis allowed for the observation that the Angolan party system since the end of the civil war in 2002 is characterized by its hyper-institutionalized degree. This hyper-institutionalization is influenced by the past civil war and the military victory of the government that led to its end. The elections analyzed, despite being internationally considered free and fair and the election results accepted by the opposition, had severe criticism domestically. It also allows for the conclusion, on the one hand, that the armed conflict had a major impact on the stable patterns of electoral competition in the Angolan system - with its freezing effect - creating a dominant party system, and on the other hand, centering the political-electoral dispute around the former belligerents (MPLA and UNITA), thus diminishing the impact of other political parties formed before and after the end of the war. In the Angolan case, political party organizations, particularly the former belligerents, remained stable despite the effects of the civil conflict on their repositioning in the new context. The conflict led to a post-war electoral political dispute centered on the former belligerents. The MPLA and UNITA occupied the national political space. This scenario meant that only they could obtain more votes over time, that

is, the MPLA concentrated the largest share of votes while losing a few percent to its former opponent in the conflict.

Key-words: institutionalization of Party Systems; Civil War; Pacification; Angola.

Lista de Siglas

ISP – Institucionalização do Sistema Partidário

SP – Sistema partidário

MPLA – Movimento Popular para a Libertação de Angola

UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola

FNLA – Frente Nacional para a Libertação de Angola

PRS – Partido Renovação Social

CASA – CE – Coligação Ampla para a Salvação de Angola – Coligação Eleitoral

Lista de Tabelas

TABELA 1 - CARACTERÍSTICAS GERAIS DO SISTEMA PARTIDÁRIO ANGOLANO.....	13
TABELA 2 - GRAU DE ISP (FORMAS DE MEDIÇÃO).....	14
TABELA 3 - QUADRO ANALÍTICO - INFLUÊNCIA DA GUERRA CIVIL E A FORMA DE DESFECHO NAS DIMENSÕES DA ISP.....	16
TABELA 4 - EVOLUÇÃO DOS DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS	29
TABELA 5 - HIPERINSTITUCIONALIZAÇÃO DO SISTEMA PARTIDÁRIO DE ANGOLA (2008 - 2017)	30
TABELA 6. LISTA DE ENTREVISTADOS	44
TABELA 7. RESULTADOS ELEITORAIS AO LONGO DO TEMPO (2008, 2012 E 2017).....	49
TABELA 8. CÁLCULOS DA ISP RELATIVOS AO PERÍODO 2008/2012	50
TABELA 9. CÁLCULOS DA ISP RELATIVOS AO PERÍODO 2012/2017	52

Introdução

Relevância do tema, problemática e argumento

Esta investigação tem como objeto de estudo a institucionalização de sistemas partidários, centrando-se, em particular, na formação e desenvolvimento de sistemas partidários em contextos multipartidários pós-guerra civil.

O estudo de sistemas partidários tem sido um aspeto importante da ciência política contemporânea pela relevância desta instituição política na estabilidade das democracias. Note-se que o conceito de institucionalização do sistema partidário (ISP) tornou-se central pela sua importância para o processo de consolidação democrática, especialmente em jovens regimes multipartidários (Mainwaring & Scully, 1995). Segundo Mainwaring e Torcal (2005) a institucionalização compreende que as organizações se tornem estabelecidas amplamente conhecidas e universalmente aceites. Por esta via, os atores políticos criam expectativas, orientações e comportamentos. Segundo Huntington (1965) a força das organizações depende do suporte que usufrui na sociedade e do seu nível de institucionalização. Para ele, o desenvolvimento político está ligado ao nível da institucionalização. Assim, o modo como funcionam as organizações, se são organizações complexas, adaptadas, coerentes e autónomas dita o seu desenvolvimento.

Fruto dos processos de democratização da década de 1990 e inícios da década de 2000, uma literatura emergente tem explorado a problemática das chamadas democracias pós-guerra, trazendo para o debate como podem sociedades marcadas por uma guerra civil fazerem uma transição para a paz e democracia quando a competição política que implica a realização de eleições multipartidárias nestes contextos pode exacerbar o conflito e o risco de retorno à guerra, minando, assim, a consolidação da democracia (Jarstad & Sisk, 2008).

Vários autores têm considerado que o legado da guerra civil tem um impacto na estabilidade política, no sistema político, nos partidos e sistema partidário (Cheeseman et al., 2018; Ishiyama, 2014; Joshi, 2010; Mason et al., 1999; Riedl, 2014^a; Sanches, 2010; Zeeuw, 2010) e também que guerras civis particularmente violentas têm um efeito congelador poderoso nos sistemas partidários, enquanto que, conflitos menos violentos levam ao aparecimento de sistemas partidários mais fragmentados e fluídos (Ishiyama, 2014). Por outro lado, a forma como termina o conflito armado importa também, já que afeta o desempenho e desenvolvimento institucional e fragiliza o tecido de confiança

social (Romano & Gurses, 2014), no caso de não haver equilíbrio na partilha do poder e a manutenção deste equilíbrio entre as partes envolvidas, porque tende a produzir partidos dominantes (Joshi, 2010).

Esta dissertação procura, assim, analisar de que forma o legado da guerra e a forma como esta termina influenciam a (grau) institucionalização de sistemas partidários em países pós-guerra, contribuindo para a literatura sobre o desenvolvimento de sistemas partidários em regimes multipartidários pós-guerra. Argumenta-se que os legados de violência e de pacificação influenciam a formação e desenvolvimento de sistemas partidários em contextos pós-guerra civil. Por outras palavras, a guerra civil e o modo como esta termina funcionam como mecanismo ambiental que influencia os sistemas partidários em quatro dimensões: estabilidade da competição, raízes dos partidos na sociedade, legitimidade das eleições e continuidade organizacional.

Metodologia da investigação

Conflitos civis violentos podem produzir sistemas de partidos dominantes, pouca volatilidade eleitoral (Ishiyama, 2014); afetam a organização interna (Riedl, 2014b; Zeeuw, 2010) e estrutural dos partidos, o seu desenvolvimento, propiciam a existência de partidos centralizados e disciplinados (Zeeuw, 2010) e têm um efeito congelador sobre o sistema partidário (Ishiyama, 2014). Em síntese, o conflito tem impacto sobre o desenvolvimento político institucional, no geral (Duvall & Welfling, 1973), fazendo-os recuar na consolidação democrática ou dando-lhes maior impulso.

De modo a entender de que forma a guerra civil e como esta termina influenciam a Institucionalização de sistemas partidários pós-guerra, a investigação assenta num estudo de caso único, nomeadamente do sistema partidário pós-guerra angolano.

O caso angolano é um exemplo de um regime multipartidário pós-guerra. De facto, a transição para o multipartidarismo foi um mecanismo de resolução do conflito armado e de pacificação (Almeida & Sanches, 2010; Cheeseman, 2015; Jarrod & Sisk, 2008). O conflito armado tem efeitos nocivos na estabilidade social, económica e políticas no pós-guerra e configura-se uma variável importante na análise do desenvolvimento dos SP e do nível da ISP (Duvall & Welfling, 1973; Fisher, 2000). Repare-se que as democracias africanas com tal histórico enfrentam processos penosos de transição, construção e consolidação da democracia, desenvolvimento político institucional, porque se vêm confrontadas com

dilemas que vão desde a inclusão e exclusão de atores da arena política à determinação da natureza das eleições (Duvall & Welfling, 1973; Jardt & Sisk, 2008; Zeeuw, 2010). Por exemplo, em muitos contextos os atores políticos estão desprovidos de expectativas eleitorais, por vários fatores (Almeida & Sanches, 2010), e os partidos jogam em duas frentes (Mainwaring, 2002).

A guerra civil em Angola teve início após a independência, em 1975, opondo os movimentos de libertação MPLA e a UNITA¹. O MPLA governou o estado independente através de um regime de partido único com orientação marxista – leninista (Almeida & Sanches, 2010). Em 1991, são assinados os Acordos de Bicesse entre os dois beligerantes que previam a realização de primeiras eleições multipartidárias (1992), mas cujo desfecho foi o retorno à guerra, na sequência da derrota eleitoral contestada pela UNITA. A guerra terminaria apenas em 2002, por via da vitória militar do MPLA, com a morte em combate do líder da UNITA, Jonas Savimbi, na sequência da qual é assinado o Memorando de Entendimento de Luena (Abril de 2002) e, seis anos mais tarde (2008), são realizadas as segundas eleições multipartidárias (Muekalia, 2015). Refira-se que Angola é considerada pela Freedom House um país não-livre, autoritário competitivo, suportando uma pontuação global de 31/100, a nível das liberdades.

O sistema político angolano do pós-guerra é marcado pela competição política dominada pelos dois ex-beligerantes (MPLA e UNITA). Pelo que, procurou-se perceber a relação entre ambos e o efeito do conflito no cenário atual, considerando que o vencedor da guerra (MPLA) conseguiu três maiorias absolutas nas eleições pós-conflito (2008, 2012 e 2017), caracterizando-se assim como partido dominante, como defende Ishiyama (2014).

O estudo da realidade angolana permite perceber as dinâmicas de relação dos antigos beligerantes dominantes no panorama partidário do pós-guerra, as características gerais do SP angolano pós-guerra e o significado (positivo ou negativo) da estabilidade do SP num contexto não democrático. Sobretudo porque, neste e outros contextos semelhantes pós-guerra, a estabilidade não compreende necessariamente desenvolvimento social e político-institucional nem contribuem para o melhoramento

¹Inicialmente a guerra civil também inclui a FNLA, movimento fundado em 1960 por Holden Roberto, mas o seu envolvimento no conflito civil angolano terminou com a assinatura do acordo de não agressão entre o Zaire (seu principal apoiante) e o MPLA em 1978 (Bonaciana e Serpa, 2017).

gradativo das dinâmicas pro consolidação democráticas, pois, como defende Joshi (2010), o governo vindo de uma vitória militar é forte o suficiente para controlar os seus antigos adversários.

Portanto, estudar angola permitiu perceber as dinâmicas de relação entre antigos beligerantes dominantes no panorama partidário no pós-guerra, as características gerais do SP angolano, o significado (positivo ou negativo) da estabilidade do SP num contexto não democrático.

Tabela 1 - características gerais do sistema partidário angolano

Primeiras eleições multipartidárias	N ^o de eleições	Fórmula eleitoral		Sistema de Governo
		LEG	PRES ²	
1992	4	Representação Proporcional	50%+ 1	1992 – 2010 - semipresidencialismo
				2010 – Até hoje - Presidencialismo partidário*

* formalmente é o sistema presidencial, todavia, para Dundão (2018) define-se o presidencialismo partidário pela predominância de um partido no sistema político. O sistema é presidencial, todavia, não existem eleições direitas para o presidente, o partido domina. O sistema de eleições gerais angolano é rígido e fechado porque reconhece apenas partidos e coligações de partidos em vista a apresentação de candidaturas à eleição dos deputados, do presidente e do vice-presidente.

Fonte: Elaborado pelo autor.

² A partir de 2010, com a aprovação da nova constituição, já não são feitas eleições presidenciais, passa-se para eleições gerais. O presidente é eleito indiretamente, ou seja, o cabeça de lista de cada partido político concorrente é o candidato a PR, caso o seu partido vença as eleições gerais.

A análise aprofundada do caso angolano compreendeu duas etapas. A primeira foi de natureza quantitativa e procurou medir o grau de ISP em Angola desde 2008 para perceber se existiu variação nesse grau ao longo do tempo. A captação da variação é importante para perceber a dinâmica de desenvolvimento do sistema partidário. Quatro dimensões principais da ISP foram consideradas para medir o grau: estabilidade da competição eleitoral, raízes dos partidos na sociedade, legitimidade das eleições e continuidade organizacional. Estas dimensões comportam um total de doze indicadores. Como defende Sanches (Sanches, 2014) pela densidade de indicadores é diminuta a margem de erro. Em síntese, numa escala de 1 a 3 é medida a ISP, como indicado na tabela 2. Os dados para esta primeira etapa da análise foram recolhidos a partir (CNE Angola; Entrevistas; <https://africanelections.tripod.com/ao.html>; <https://www.electionguide.org/countries/id/7/>)

Tabela 2 - Grau de ISP (formas de medição)

Dimensões	Formas de medição	Escala	Compreensão
Regularidade das eleições	Resulta da soma das mudanças líquidas na percentagem de votos (acentos) conquistados ou perdidos pelos partidos concorrentes em cada eleição observada (Kuenzi & Lambright, 2001)	3.0	Alto nível de ISP
		2.5	Médio alto nível de ISP
		2.0	Médio nível de ISP
		1.5	Médio baixo nível de ISP
		1.0	Baixo nível de ISP
Legitimidade das eleições	(a) se a oposição boicotou as eleições b) se os vencidos aceitaram as eleições c) se as eleições foram consideradas livres	3.0	Alto nível de ISP
		2.5	Médio alto nível de ISP
		1.5	Médio nível de ISP
		1.0	Baixo nível de ISP

	e justas pelos observadores internacionais (Kuenzi & Lambright, 2001)		Médio baixo nível de ISP Baixo nível de ISP
Raízes dos partidos na sociedade civil	Resulta da idade dos partidos e a percentagem (10%) de votos conseguidos nas eleições em causa (Kuenzi & Lambright, 2001)	3.0 2.5 2.0 1.5 1.0	Alto nível de ISP Médio alto nível de ISP Médio nível de ISP Médio baixo nível de ISP Baixo nível de ISP
Continuidade organizacional	Cisões e fusões partidárias, como os partidos têm permanecido organizações estáveis ao longo do tempo (Sanches, 2014) (Walfling, 1973).	3.0 2.5 2.0 1.5 1.0	Alto nível de ISP Médio alto nível de ISP Médio nível de ISP Médio baixo nível de ISP Baixo nível de ISP

Fonte: elaborado pelo autor a partir de (Kuenzi & Lambright, 2001; Sanches, 2014; Walfling, 1973)

A segunda etapa da análise é de natureza qualitativa e procura compreender a influência do legado da guerra civil e o modo do seu desfecho no grau de ISP. No sentido de perceber as dinâmicas de desenvolvimento do SP num país pós-guerra civil, face aos desafios destes relativos aos legados da guerra civil, procurou-se analisar o seguinte: os legados da guerra e do modo como esta termina influenciam o domínio do vencedor ao longo do tempo? O modo do fim do conflito influencia as expectativas eleitorais dos ex-

beligerantes? a recolha de votos é consoante as zonas dominadas pelos beligerantes durante a guerra? o legado da guerra e da forma como esta termina influenciam a organização e estabilidade interna de beligerantes? Em síntese, procurou-se compreender a influência das regras de jogo e partilha de poder nos padrões de competição, modo de fim do conflito e expectativas eleitorais na legitimidade das eleições, geografia eleitoral nas raízes dos partidos na sociedade e a estabilidade dos partidos ao longo do tempo, face às mutações no pós-guerra na continuidade organizacional.

Tabela 3 - quadro analítico - Influência da guerra civil e a forma de desfecho nas dimensões da ISP

Dimensões da ISP	Influência da guerra civil e do seu desfecho	Questão orientadora
Padrões estáveis de competição intrapartidária (Kuenzi & Lambright, 2001)	Regras do jogo e partilha do poder (Ishiyama, 2014; Joshi, 2010, 2013; Riedl, 2014b)	Os legados da guerra e do modo como esta termina influenciam o domínio do vencedor ao longo do tempo?
Legitimidade das eleições (Kuenzi & Lambright, 2001)	Modo do fim da guerra e expectativa eleitoral (Joshi, 2010; Riedl, 2014b)	O modo do fim do conflito influencia as expectativas eleitorais dos ex-beligerantes?
Raízes dos partidos na sociedade (Kuenzi & Lambright, 2001)	Geografia eleitoral (Costalli & Ruggeri, 2019)	A recolha de votos é consoante as zonas antes dominadas pelos beligerantes durante a guerra?
Continuidade organizacional (Sanches, 2014)	Estabilidade do partido ao longo do tempo face as mutações internas no pós-guerra (Sindre &	O legado da guerra e de como esta termina influenciam a organização e

	Söderström, 2016; Zeeuw, 2010)	estabilidade interna dos beligerantes?
--	--------------------------------	--

Fonte: elaborado pelo autor (Costalli & Ruggeri, 2019; Ishiyama, 2014; Joshi, 2010, 2013; Kuenzi & Lambright, 2001; Sanches, 2014; Sindre & Söderström, 2016)

Para a recolha de dados, foram consultadas várias fontes primárias: documentos ligados ao contexto de guerra, acordos e memorandos celebrados (acordos de Bicesse, (1991) memorando do luena (2002), lei eleitoral (Lei nº36/11 de 21 de Dezembro), Constituição da República de Angola (CRA, 2010), no sentido de verificar a forma do fim do conflito e os legados do mesmo através dos acordos celebrados antes e na sequência. Procedeu-se ainda a consulta a bases de dados (**CNE Angola**; <https://africanelections.tripod.com/ao.html>; <https://www.electionguide.org/countries/id/7/>) com finalidade de recolher dados eleitorais. Foram ainda realizadas um total de 15 entrevistas semiestruturadas³ próprias para a abordagem qualitativa no suporte à compreensão de ocorrências sociais. No processo de recolha de entrevistas e consulta documental foi realizada uma missão de investigação a Angola, entre Abril e Maio de 2021, que compreendeu um conjunto de viagens ao interior de Angola (Luanda, Benguela, Lubango, Huambo e Namibe) para a consulta direta de atores políticos (deputados, membros partidários, ex-militares), organizações da sociedade civil (Ceast, ACC, Coiepa, Onkokwa), jornalistas e académicos. Observaram-se dificuldades de várias ordens: apenas se realizaram 50% das entrevistas previstas num total de 30, devido às dificuldades impostas à mobilidade pela pandemia e também às dificuldades internas impostas pelo contexto político angolano que dificulta o acesso a alguns atores políticos, sobretudo os que estão ligados ao aparelho do partido-estado. Note-se que, apesar das dificuldades na recolha de dados e consulta documental, o trabalho foi realizado com o máximo rigor, persistência e empenho, o que permitiu alcançar os objetivos preconizados para a investigação.

³ As entrevistas semiestruturadas são favoráveis quando está em causa a descrição de ocorrências sociais, assim como a sua elucidação e compreensão (Triviños, 1987).

Estrutura da Tese

Para além da introdução, a dissertação encontra-se estruturada em quatro sessões que gravitam a i) volta das principais linhas de abordagem sobre a institucionalização, das características e foco da abordagem sobre a ISP supra e intra continente africano, ii) fatores que influenciam a ISP e o desenvolvimento político institucional, iii) o conflito civil e a forma como termina e, enquanto mecanismo ambiental, o seu impacto geral sobre o desenvolvimento político institucional e sobre o SP, no pós-guerra. Finalmente, iv) o grau de HSP de Angola e a influência dos legados do longo e violento conflito intraestatal angolano e o modo do fim do mesmo sobre esse grau. Estas sessões são antecedidas dum introdução, relevância da abordagem e da metodologia utilizada na investigação. Encerra-se a dissertação com uma abordagem sobre as principais conclusões do estudo.

1. Características e foco da Institucionalização de Sistemas Partidários

Note-se que Huntington (1965) desde o seu trabalho de capital importância sobre a institucionalização defende a relação entre o desenvolvimento político e o nível da institucionalização. Assim, o modo como funcionam as organizações e o suporte que recebem na sociedade, se são organizações complexas, adaptadas, coerentes e autónomas dita o seu desenvolvimento.

Desde 1965, a literatura sobre a ISP tem diversificado o seu foco, apontando três etapas: i) de descrição, desenvolvimento, abordagem multidimensional, em termos de conceptualização e operacionalização da Institucionalização (1965 a 1995.); ii) questionamento à multidimensionalidade, introdução no processo do aspeto analítico, (na Europa pós-comunista e na América Latina, 1995 a 2007); iii) estudos analíticos e descritivos de diferentes regiões do mundo (desde 2007) (Bértoa, 2016). Registe-se, ainda, que até aos anos 1990 a literatura sobre partidos e sistemas de partidos negligenciava o aspeto de que o nível da Institucionalização é importante na compreensão dos sistemas de partidos. É desde o trabalho de Huntington (1996) que a institucionalização é abordada multidimensionalmente. Entretanto, é também abordada por alguma literatura como sendo unidimensional (Mair, 1996). Em 1995, Mainwaring e Scully, oferecem um modelo de análise ao SP que se fixa no nível da institucionalização enquanto critério importante na compreensão do desenvolvimento dos SP da terceira onda de democratização e, para o efeito, abordam com a vertente multidimensional da institucionalização à vários contextos (Sanches, 2014).

É a partir de Huntington que a literatura defende a relação entre Institucionalização e qualidade da democracia. Recentemente, porém, algumas abordagens apontam no sentido de que esta relação não é direta (Hicken & Kuhonta, 2011): os partidos jogam em duas frentes – nas eleições e contra o regime (Mainwaring, 2002); a institucionalização positiva não explica a inexistência de instabilidade política (Sanches, 2010), e ainda, os dois conceitos – institucionalização e democracia - precisam ser separados porque a competição interpartidária é ponto importante no estudo sobre a ISP e difere de um sistema para outro. Assim se compreende a tendência da literatura em comparar dois ou mais diferentes SP, dedicando maior atenção às características dos partidos políticos, sistemas de partidos e seu desenvolvimento, democracias, estabilidade política e padrões gerais de desenvolvimento político (Bértoa, 2016).

Em síntese, ao longo do tempo, o estudo sobre a ISP tem-se centrado no grau de institucionalização, nas suas causas e seu impacto na consolidação democrática. Apesar disto, as regiões mais estudadas continuam a concentrar-se nas democracias da Europa Ocidental, sendo recente o foco na análise e descrição de aspetos próprios a outros contextos, nomeadamente a Europa de Leste, América Latina, a Ásia e África. Como por exemplo, os estudos apresentam o contexto africano fracamente institucionalizados, com menos estabilidade, com fraco enraizamento na sociedade, com fracas conexões ideológicas e programáticas entre eleitores e partidos e com personalizadas ligações entre eleitores e candidatos (Huntington, 2012; Kuenzi & Lambright, 2001; Mainwaring & Torcal, 2005).

Entre 1974 e 1990 vários países dão início ao processo de democratização, isto é, à transição do autoritarismo para a democracia - 30 países da Europa do Sul, América Latina e Ásia Oriental, na perspectiva de Huntington (2012), representam a maior onda mundial de transição para a democracia, impulsionada por Portugal. Estas democracias apresentam características diferentes das sociedades industriais avançadas. No contexto africano destacam-se os estudos de (Bértoa, 2016; Hicken & Kuhonta, 2011; Sanches, 2018) pela aplicação das dimensões de medição da ISP ao contexto africano e, sobretudo, por conclusões importantes em relação a este continente.

Kuenzi e Lambright (2001) no seu estudo pioneiro sobre o continente africano, analisam a regularidade da competição interpartidária, as raízes dos partidos na sociedade e a legitimidade das eleições. Concluem que os níveis da ISP são mais baixos do que na América Latina; as democracias eleitorais mais antigas apresentam-se mais institucionalizadas, em contraste com a perspectiva de Sanches (2014) o qual afirma que mais do que os anos de experiência multipartidária, importa a não alteração de uma política ao longo do tempo, descartando também a relação entre níveis elevados de institucionalização e a consolidação democrática.

Mais recentemente, Sanches (2014), num estudo da ISP em jovens democracias africanas, conclui que os fatores externos são modelados por fatores internos, a relevância do sistema eleitoral sobre a IPS - fórmulas maioritárias enfraquecem a ISP – contribuem para explicar a variação da ISP que difere de um SP para outro, varia em grau e em qualidade e classifica a institucionalização dos diferentes sistemas em: adequados,

inadequados e hipersinstitucionalizados⁴, com base em diferentes indicadores, nomeadamente clivagem social, estabilidade do regime, financiamento partidário, sistema eleitoral e fragmentação do sistema partidário (Sanches, 2018).

No seu estudo sobre a África lusófona, Sanches (2010) explica a bipolarização do SP a partir da atividade dos partidos e/ou sua agência, o sistema eleitoral e a identificação partidária. Conclui que o SP cabo-verdiano é o mais institucionalizado na África lusófona, dado que existem expectativas claras dos atores políticos em relação ao sistema político, que facilita o desenvolvimento de estratégias de competição eleitoral.

⁴ A primeira combina altos níveis de democratização, institucionalização e participação eleitoral; a segunda comporta níveis intermédios de democratização e participação eleitoral, e baixos níveis de institucionalização; a terceira apresenta baixos níveis de democratização e participação eleitoral, mas com altos níveis de institucionalização (Sanches, 2014, 2018).

2. Fatores que influenciam a ISP

Vários fatores que influenciam a institucionalização têm sido apresentados, desde legados históricos, efeito de um período (Kreuzer, 2009; Riedl, 2014a; Sanches, 2020), efeito de transição (Sanches, 2020), características do regime anterior (Riedl, 2014a; Sanches, 2018), instituições políticas (Duvall & Welfling, 1973; Sanches, 2020), o ambiente em que atuam os partidos e suas dimensões, estabilidade dos padrões de competição entre partidos (Zeeuw, 2010), estruturas sociais, o tempo durante o qual um país experimenta a democracia (Kuenzi & Lambright, 2001) o estado da economia (Randall & Svåsand, 2002b; Collier & Hoeffler, 2002b), financiamento dos partidos (Collier & Hoeffler, 2002; Sanches, 2014; Zeeuw, 2010).

Ademais, acresce-se a estabilidade das regras e a natureza da competição interpartidária, as raízes estáveis dos partidos na sociedade, a legitimidade dos processos eleitorais, a coesão, disciplina e autonomia dos partidos, entre outros, como fatores que influenciam a ISP (Zeeuw, 2010). Por outro lado, os fatores compreendem os vários aspectos internos e externos a cada país que incidem sobre o ambiente em que os partidos disputam entre si, fazendo variar a intensidade, qualidade e estabilidade desta interação (Kuenzi & Lambright, 2001; Sanches, 2014). Apesar de serem de grande ajuda na compreensão dos diferentes contextos, têm sido considerados isoladamente, o que limita a coleta e compreensão mais focada dos seus efeitos nos diferentes sistemas de partidos.

Portanto, os vários fatores acima mencionados atuam sobre o sistema político e, na perspectiva de Sanches (2014), podem ser agrupados em fatores estruturais e institucionais conforme o mecanismo, ambiental e relacional. São aspectos importantes a considerar na análise sobre a variação da institucionalização ao longo do tempo.

3. O conflito armado e o seu desfecho como mecanismo ambiental

Sanches (2018) entende que a institucionalização varia de duas formas: em grau e qualidade. Argumenta que esta variação é influenciada por fatores exógenos – contextos históricos, institucionais e estruturais – e fatores endógenos – dinâmicas próprias de funcionamento dos sistemas partidários.

Os mecanismos – enquanto diversos tipos de efeitos sobre os fenómenos (Hedström & Ylikoski, 2010) - são um esforço para essa necessária compreensão, de conjunto, das influências sobre a variação da institucionalização, bem como dos diferentes percursos do desenvolvimento dos sistemas partidários. isto é, referem as condições externas em que os SP se desenvolvem (ambientais), a natureza das relações entre os cidadãos e partidos (relacionais) e a alterações das perceções individuais/coletivas (cognitivo), em suma, os mecanismos compreendem eventos que atuam para a mudança nas relações entre conjunto de elementos específicos de maneiras idênticas ao longo de diferentes situações (Tilly, 2001), envolvem diferentes fatores (Sanches, 2014, 2018).

Os mecanismos são ambientais, relacionais, (Sanches, 2018) e cognitivos (Tilly, 2001). O mecanismo Ambiental compreende dois pilares: fator estrutural (transição para a democracia) e institucional (sistema eleitoral e financiamento dos partidos) (Sanches, 2014, 2018). No conjunto da terceira onda de democratização, alguns países africanos, a seguir às eleições multipartidárias, mergulharam num conflito armado. O fim destes conflitos, pós-transição para o multipartidarismo, nem sempre foram por meio de acordos de paz. Muitos deles terminaram por meio de vitória militar. Assim, a transição para o sistema multipartidário, em contexto de guerra civil, pode funcionar apenas como mecanismo de pacificação. Deste modo, este tipo de transição, enquanto mecanismo de resolução de conflitos e o fim da guerra por vitória militar, é um fator histórico estrutural importante para a perceção do sistema político resultante. E, o fim da guerra por vitória militar (Joshi, 2010) não é propício ao desenvolvimento das instituições político-democráticas (Duvall & Welfling, 1973; Romano & Gurses, 2014).

Ainda, a variação na estabilização de eleições multipartidárias como um procedimento regular pode dever-se aos legados autoritários, estrutura das clivagens sociais e coligações étnicas (Sanches, 2020). Outro sim, mudanças nas elites económicas, tendência à exilar antigas elites, adoção de políticas exclusivas, pouco incentivo para democratizar e captura do estado por meio do processo eleitoral são resultados de um

processo de transição para a democracia mal conduzidos, que não permitem uma efetiva partilha do poder no pós-guerra (Joshi, 2010).

Portanto, dentro do mecanismo ambiental, a guerra civil - a forma como ela termina (Joshi, 2010, 2013), no processo de transição ao multipartidarismo (Sanches, 2018) enquanto simples mecanismo de resolução de conflito (Joshi, 2010) – funciona como fator histórico estrutural importante porque influencia, no processo de transição, a trajetória institucional e a interação entre partidos, elites políticas e cidadãos, pois, abre uma janela de oportunidade para a construção institucional e, portanto, os atores que controlam este processo são importantes (Hicken & Kuhonta, 2011; Linz, Juan J. and Stepan, 1996; Sanches, 2014, 2018).

Por outro lado, o mecanismo relacional visa a relação entre partidos - práticas neopatrimoniais pré – transição afetam negativamente a democracia no seu estágio inicial, pelo favorecimento a troca de favores, captura e controlo do estado e instituições, enriquecimento de elites (Randall & Svåsand, 2002; Sanches, 2014, 2018). O mecanismo cognitivo analisa o que os cidadãos pensam sobre os partidos ((in)satisfação, (des)afeição) e o que os próprios partidos pensam sobre si mesmos (dinâmicas intrapartidárias de procedimento). Aspectos como: nível de institucionalização, participação política, confiança e satisfação com as instituições e democraticidade, assim como as marcas de um passado recente, importam e teriam efeito sobre o desenvolvimento político: democraticidade, maior mobilização, construção da nação, racionalização e participação política (Huntington, 1996; Kreuzer, 2009; Tilly, 2001).

O processo de democratização pode ser afetado por fatores do período anterior tais como as vertentes económicas, sociais e políticas (legados históricos) (Kreuzer, 2009), padrões de comportamento, ou seja, o poder das elites incumbentes acumulado do período autoritário (legados autoritários) (Sanches, 2018) e as decisões tomadas na sequência da transição para a democracia ou influenciam o processo de transição, as dinâmicas do jogo político no pós-guerra os partidos com histórico de grupos armados (legados de transição) (Sindre & Söderström, 2016). Saliente-se que o conflito armado intraestatal e o modo como termina (Cheeseman et al., 2018; Huang, 2016a; Joshi, 2013) se não produzem uma reconciliação efetiva entre as partes envolvidas – cidadãos e beligerantes – não realizam uma efetiva democratização nas fases requeridas: transição para o multipartidarismo, reconstituição da nova ordem política e processo de consolidação

democrática (Berat & Shain, 1990; Cheeseman, 2017; Cheeseman et al., 2018; Huang, 2016a; Jarstad & Sisk, 2008; Rak, 2017). Assim, os acontecimentos de um passado recente exercem influência no contexto pós-guerra (Kreuzer, 2009), pois o modo como a guerra é feita afeta o regime resultante no pós-conflito (Rak, 2017).

Guerra civil

O conflito armado intraestatal, no geral, não oferece um ambiente saudável à atuação dos partidos e os fatores que lhe estão associados ajudam a explicar a desigualdade na competição entre partidos no pós-guerra (Zeeuw, 2010). Isto é agravado pelo modo como o conflito termina, o qual pode ser fundamentalmente através de um acordo negociado ou através de uma vitória militar de uma das partes. Cada uma destas vias oferece, no pós-guerra, um ambiente limitador na competição e desenvolvimento político-partidário, dependendo do modo como é conduzido o processo de transição para a paz (Duvall & Welfling, 1973; Zeeuw, 2010). Tanto a transição para a democracia como as eleições multipartidárias são utilizadas como mecanismo de pacificação sem, contudo, exercerem automaticamente um efeito positivo na democratização (Joshi, 2010). O fim do conflito, por meio de negociações, requer processos de reconciliação e de paz bem conduzidos, respeito pelos direitos humanos, uma partilha equitativa e estável do poder, sob pena de prejudicar o desenvolvimento de instituições democráticas, incluindo de partidos políticos (Fisher, 2000; Huang, 2016b; Rak, 2017).

Adotando políticas exclusivas, os vencedores do conflito por via militar tendem a controlar os seus antigos inimigos, a não considerar os processos de paz e a não desejar a partilha de poder. O fim do conflito por meio de uma vitória militar leva a que os vencedores se sintam realmente fortes (Joshi, 2013).

Por esta via, o ambiente é desfavorável à transição da guerra para a democracia e, conseqüentemente, ao jogo político democrático (Ishiyama, 2014; Joshi, 2010; Romano & Gurses, 2014).

Portanto, os efeitos do conflito armado estendem-se a vários níveis: além das vidas humanas que ceifa, afeta integralmente todas as instituições, fragiliza a confiança social, a economia e não deixa um ambiente propício à cultura cívica, sobretudo se o fim do conflito é por uma vitória militar e não por acordo de paz, devidamente conduzido e assistido internacionalmente (Ishiyama, 2014; Romano & Gurses, 2014). Porém, outra linha de investigação defende o efeito contrário do conflito, ou seja, este tem efeito mobilizador, ou seja, para Cheeseman (2018), conflitos violentos, em algumas sociedades

em desenvolvimento, conduzem para a construção do estado e democratização. Isto tem como base: a qualidade das instituições políticas, coesão da elite e a natureza das relações civis-militares.

Ao nível do Sistema de Partidos

Acordos de paz não representam uma completa e definitiva ruptura com o passado e, por vezes, são um mero mecanismo de resolução do conflito (Fisher, 2000). Se o conflito armado termina por via de vitória militar (Mason et al., 1999), naturalmente, a ruptura com o passado é ainda mais desafiante sendo que a reconciliação, a paz e a democracia estão interrelacionados (Binningsbo & Dupuy, 2009; Kreuzer, 2009; Sanches, 2018; Sindre & Söderström, 2016). O processo de democratização nem sempre quer dizer abertura, ruptura e consolidação democrática (Carothers, 2002) porque numa primeira fase da abertura democrática uma das partes pode adotar a implementação de leis a favor dos seus próprios interesses (Riedl, 2014b). Portanto, o conhecimento de como e sob que condições os partidos políticos emergem e atuam e qual o histórico por detrás de cada organismo político é de extrema importância para a compreensão do seu desenvolvimento, institucionalização e possíveis bloqueios (Zeeuw, 2010).

Há que destacar vários níveis de impacto do conflito no sistema partidário:

Ao nível da alternância no poder

Ishiyama (2014) defende essencialmente que o conflito gera SP dominantes, menos volatilidade eleitoral, tendo efeito congelador, já que impede o surgimento, organização, mobilização e efetivação de atividade partidária aos novos partidos. Dito isto, não propicia um ambiente completamente competitivo à política partidária. Segundo argumenta Cheeseman (2018), no processo de democratização, o conflito afeta a qualidade institucional, a coesão entre a elite e a natureza das relações entre civis e militares. Por seu turno, Zeeuw (2010) apresenta três efeitos principais sobre SP: o ambiente institucional, a natureza hostil da competição partidária e ausência de vontades de cooperação entre partidos;

Ao nível da expectativa eleitoral

Autores como Zeeuw (2010), Romano et al (2014) e Joshi (2010, 2013) argumentam que o conflito esgota o tecido de confiança social no pós-guerra, sendo que as eleições podem trabalhar contra o estabelecimento da democracia liberal, por meio do uso do poder dos antigos protagonistas para oprimir oponentes. As instituições que nascem no pós-guerra podem estar fragilizadas por um conjunto de regulamentos que minam o ambiente, como por exemplo: as relações clientelares (Sanches, 2014, 2020), neopatrimonialismo (Riedl, 2014a), falta de efetiva partilha do poder (Jarstad & Sisk, 2008) e captura do estado por meio das eleições (Joshi, 2010). Portanto, a ausência de instituições inclusivas não permite que os partidos persigam os seus interesses (Joshi, 2013). Esta fragilidade permite que os atores políticos possam prever resultados eleitorais, sobretudo, quando há sobre o SP um efeito congelador (Ishiyama, 2014) que apenas permite que o mesmo partido vença eleições consecutivas. Nestas situações os partidos concentram a sua atenção em dois pilares: ato eleitoral e luta contra o regime (Mainwaring, 2002).

Ao nível das raízes dos partidos na sociedade

Segundo argumenta Costalli et al (2019), antigos beligerantes criam fortes estruturas organizativas em zonas onde estiveram e dominaram durante o conflito, pelo que têm um melhor desempenho ou melhores resultados eleitorais nestas zonas, sobretudo devido à relação entre uma boa organização e o positivo desempenho eleitoral. Neste sentido, os antigos beligerantes monopolizam a competição eleitoral (Riedl, 2014b) , colocando os novos partidos na periferia da disputa eleitoral;

Ao nível da continuidade organizacional

O ambiente pós-guerra é desafiante para os partidos políticos a nível organizacional (Muller, 2010) porque se cria um ambiente de desigualdade na competição entre partidos, os partidos são altamente centralizados e disciplinados, têm dificuldades na mobilização e o comportamento dos líderes é afetado. Isto exige esforços do ponto de vista organizacional e estrutural (Zeeuw, 2010). As fusões ou cisões são uma possibilidade aos organismos políticos, no pós-guerra, por este modo, segundo Sanches (2014), são um aspeto importante à competição intra e extrapartidárias, caracterizadas pela decisão de um partido político poder dissolver-se e juntar-se a outro organismo, ou criar uma nova

identidade. Segundo Muller (2010), as principais mudanças em função do ambiente verificam-se i) nos cidadãos, com uma influência sem precedentes com o aumento do acesso à educação, tempos de lazer e melhores serviços de saúde; ii) na comunidade política, a nível do monopólio representacional; iii) no processo tecnológico, com a televisão como importante meio de comunicação; iv) nas mudanças a nível institucional, com maior democracia direta, fraco controle partidário e maior autonomia da organização partidária.

Zeeuw (2010) argumenta, por sua vez, que a guerra tem dois efeitos sobre os partidos: organizacional e estrutural – oferece um contexto ambiental negativo ao desenvolvimento político dos partidos e influencia a estrutura organizacional dos partidos políticos. De igual modo, influencia o comportamento dos líderes partidários na maneira de lidar e nos métodos de resolução dos problemas: comportamentos tendencialmente autoritários e partilha limitada do poder. Os partidos filhos do conflito (Zeeuw, 2010) têm uma estrutura organizacional e cultura de liderança que é legado do conflito.

Quanto às coligações multipartidárias e aliados eleitorais, estes são uma raridade nestes contextos e, quando acontecem, são de pouca duração por falta de confiança entre líderes. Este ambiente tende a produzir sistemas de partidos dominantes diminuindo, de igual modo, a capacidade de mobilização dos partidos na oposição por meio de leis de financiamento (Ishiyama, 2014; Zeeuw, 2010). Contudo, os poucos acordos que se podem verificar são de natureza de conveniência política, por isso, desiguais porque observados apenas com coligações mais jovens, na oposição (Zeeuw, 2010).

Em síntese, a guerra tende a criar um ambiente institucional negativo, pois, nascem novos organismos políticos potencialmente fragilizados por processos e contextos com leis que inibem a competição livre e justa. As leis que regulam a formação, funcionamento e financiamento dos partidos políticos colocam obstáculos; os partidos atuam num ambiente marcado por um sistema judicial fraco e tendencioso, administração eleitoral sem neutralidade e independência, comissões eleitorais povoadas e dominadas por membros partidários dificultando o natural exercício de uma arbitragem saudável (Joshi, 2010, 2013; Riedl, 2014a; Zeeuw, 2010). Antigos beligerantes vêm-se como inimigos, o que reduz a vontade de cooperação (Ishiyama, 2014; Zeeuw, 2010). Do acima exposto, depreende-se que muitos países africanos, tendo transitado para a realização de eleições multipartidárias, ainda continuam por cumprir as outras etapas da democratização – reconstituição da nova ordem política e a consolidação dos ganhos democráticos (Cheeseman, 2017).

4. Institucionalização do Sistema Partidário Angolano

4.1. O grau hiperinstitucionalizado

Tabela 4 - Evolução dos direitos civis e políticos

Pais	Anos eleitorais	Direitos políticos	Direitos civis	estatuto da democracia	Eleições livres e justas	boicotes	aceitação dos resultados	Participação eleitoral
Angola	2008	6	5	NL	Sim	Não	Sim	78%
	2012	6	5	NL	Sim	Não	Sim	59%
	2017	6	6	NL	Sim	Não	Sim	73%

Nota: Os direitos políticos e civis são classificados de 1 a 7, em que 1 é o grau máximo de liberdade e 7 o mínimo. estatuto da democracia é livre (L) entre 1.0-2.5; parcialmente livre (PL) entre 3.0-5.0 e não livre (NL) ENTRE 5.5 -7.0.

FONTE: Freedom House, Sanches (2010).

Os valores da tabela 5 permitem-nos observar que o grau de ISP de Angola ao longo do tempo não apresenta variações e é hiperinstitucionalizado. Analisando cada uma das quatro dimensões verificamos que:

Regularidade das eleições

Importa referir que níveis baixos de volatilidade eleitoral permitem previsibilidade do mercado eleitoral (Sanches, 2010). Deste modo, o SP angolano apresenta uma tendência decrescente nos níveis de volatilidade eleitoral ao longo do tempo, ou seja, entre as eleições de 2008 e 2012, 1,96%; entre 2012 e 2017, 0,055%; a volatilidade legislativa é de 4% entre 2008 e 2012; 0% entre 2012 e 2017; a alternância no governo apresenta uma pontuação de 1 (escala entre 0 e 1). Refira-se que não foi possível verificar a percentagem ganha por novos partidos porque nenhum dos partidos concorrentes se encaixa no perfil de novo partido (Sanches, 2014). Relativamente à idade dos partidos, com mais de 10% dos votos nas últimas eleições, a tendência aponta para os antigos beligerantes – MPLA e UNITA. Saliente-se também que a Coligação CASA-CE, que participou em apenas dois pleitos eleitorais e nas últimas eleições conseguiu 9,45% dos votos, constitui um importante indicador.

Raízes dos partidos na sociedade

A percentagem dos lugares obtidos pelos partidos formados nos anos 50 e 70 como verificou Sanches (2010) continua uma certa hegemonia dos partidos, antigos movimentos de libertação (MPLA 150; UNITA 51; FNLA 1), com especial enfoque para o MPLA e UNITA que constituem os principais atores, no jogo eleitoral angolano, também devido à rivalidade advinda do conflito civil armado. Entretanto, ao longo do tempo, verifica-se que o MPLA vai perdendo assentos para a oposição nas três eleições observadas (2008, 2012 e 2017).

Após a guerra civil, o MPLA expandiu o seu domínio sobre todo o território nacional, a nível da administração pública, e controlo total sobre a economia, recursos naturais e capital humano (Costa, 2014; Filipe, 2013; Muekalia, 2015; Oliveira, 2015), para além do privilégio de ter vencido a guerra. A UNITA, nas eleições pós-conflito - 2008 - conseguiu apenas 16 deputados contra os 191 do MPLA.

Ainda se verificou no pós-guerra um êxodo populacional notável do campo para os centros urbanos e, sobretudo das demais províncias para a capital angolana (Luanda), 27%, como forma de procura de melhores condições de vida (INE, 2014)(Baptista & Nzatusola, n.d.). Este cenário pode ter influenciado a geografia eleitoral no pós-guerra.

Legitimidade das eleições

Em 2008, 10 anos após as pós-primeiras eleições multipartidárias (1992 - 2002), terminada a guerra o MPLA voltou a ganhar as eleições por maioria absoluta, em 2008. Os observadores externos consideraram as eleições livres e justas, mas internamente não foi esse o sentir dos outros atores políticos (oposição e organizações da sociedade civil). “... os resultados são trunfados, as leis permitem que o governo aja deste modo, desrespeito aos direitos humanos e liberdades essenciais faz com que haja reserva a respeito do pleito eleitoral. Em 1992 a ONU disse: “declaro como sendo...” Isto levantou desconfianças. (entrevista H)”. Portanto, internamente os resultados não são continuamente aceites, mas ninguém ousou boicotar as eleições. Tenha-se em conta que, apesar das sucessivas maiorias absolutas, o MPLA tem vindo a perder deputados, de eleição para eleição, para os seus opositores mais diretos, UNITA e CASA-CE.

Os atores entrevistados apontaram para outros aspetos que põem em causa a qualidade do processo eleitoral, nomeadamente. tempo de antena mais reduzido para os partidos da oposição, o recurso ao Tribunal Constitucional, povoado por membros do partido no poder (MPLA), contra os líderes da oposição (Ex: veto ao Projeto PRAJA-Servir Angola e ao XIII Congresso da UNITA que elegeu Adalberto Costa Júnior, presidente do referido partido político), o controlo da liberdade de manifestação pública e até perseguição a opositores políticos, bem como a dificuldade logística para divulgar os programas dos partidos, sem contar com os meios de comunicação comuns em todas as províncias.

Acresce-se ainda o fator institucional, por exemplo, o sistema de representação proporcional, que influencia os resultados eleitorais finais, gerando maiorias qualificadas em função de problemas técnicos (Dundão,2018). O sistema de representação proporcional, permite que os deputados sejam eleitos sufrágio universal para um mandato de cinco anos (Art. 143 CRA, 2010), foi adotado a seguir as eleições de 2008 ganhas, por meio de uma maioria absoluta, pelo MPLA e que lhe permitiu em 2010 a elaboração, promulgação e publicação da constituição, a 5 de Fevereiro de 2010 (Bessa, 2015). Note-se que, para Dundão (2018), este mesmo sistema gera problemas de representação política, originando uma situação de sub-representação nos círculos com maior número de eleitores, impede um partido de participar na distribuição do resto quando não obtém nenhum deputado na primeira distribuição, penaliza eleitoralmente os partidos políticos que não obtém 0,5% dos votos.

Continuidade organizacional

A continuidade organizacional é aferida por meio das cisões e fusões, como forma de verificar até que ponto os partidos sofrem mutações fraturantes (Sanches, 2014). No caso angolano, os organismos políticos revelam-se organizações estáveis porque não se verificaram tais pressupostos nos anos em análise.

Não há fusões nem cisões sobretudo em relação aos ex-beligerantes, pelo que mostram ser organizações estáveis. Porém, enquanto durou o conflito armado surgiu a UNITA- Renovada⁵, enquanto a UNITA de Savimbi continuava nas “matas a fazer a guerra.” Depois de terminar o conflito, a UNITA reunificou-se. No pós-guerra, a UNITA, após a morte do seu líder fundador, ainda se deparou com deserções e com toda uma imagem diabolizada construída pelo seu mais direto adversário, o MPLA. Tem havido algumas coligações de pequenos grupos partidários que não trazem grande força à disputa eleitoral centrada nos ex-beligerantes. Aliás, os dados eleitorais mostram que esta realidade faz dispersar os votos na oposição, permitindo que a hegemonia do partido no poder se evidencie cada vez mais. Saliente-se que, a partir das eleições de 2012, surgiu a coligação CASA-CE, como expressão das dissidências, tanto do MPLA como da UNITA. A CASA-CE, formada por pequenos partidos, e também pelo carisma do seu líder, Abel Tchivukuvuku⁶, apresentou-se como uma terceira via porque colheu simpatia tanto de dissidentes dos ex-beligerantes como dos mais jovens que já não se reviam no conflito armado. Disto é expressão o seu impacto eleitoral – 8 deputados em 2012 e 16 deputados em 2017. No pós-eleições 2017, a UNITA decidiu abrir-se para uma Frente Patriótica

⁵ Esta facção dissidente da UNITA, foi formada por Eugénio Manuvakola em Setembro de 1998. Teve o reconhecimento do governo angolano como interlocutor para o Protocolo de Lusaka, assinado com a UNITA em 1994. Assinado o memorando do Luena de cessar-fogo, a 4 de Abril de 2002, o governo bloqueia os fundos destinado a este grupo dissidente como forma de proteger e conservar o acordo assinado com a UNITA de Savimbi, morto em Combate (Fevereiro de 2002). No seio da própria UNITA, a UUNITA- Renovada foi também entendida como uma atitude de sobrevivência já que o parlamento angolano entre 1992 e 2002 continuou a funcionar contendo membros da UNITA. Enquanto uma parte estava nas matas a fazer guerra era preciso proteger os que estavam nas cidades, daí o surgimento da UNITA-Renovada (Entrevista F).

⁶ Abel Tchivukuvuku é ex-quadro da UNITA. É um dos sobreviventes dos atentados aos quadros da UNITA no pós-eleições de 1992. Ocupou vários cargos dentro da estrutura da UNITA, por isso, gozava de prestígio dentro deste partido político. Em 2011 desentende-se com Isaiás Samakuva, então líder do partido, e participa nas eleições gerais de 2012, como líder da Coligação eleitoral CASA-CE. É atualmente coordenador do projeto PRAJA-SERVIR ANGOLA, vetado pelo TC, que, entretanto, se juntou a UNITA e ao Bloco Democrático para uma Frente Patriótica Unida, em vista as próximas eleições gerais.

Unida (UNITA, PRA-JÁ, Bloco Democrático) com o objetivo de fazer frente ao MPLA nas eleições gerais previstas para 2022 e permitir, assim, a alternância no poder. Em síntese, os partidos ex-beligerantes continuam estáveis e alguns partidos pequenos vão aparecendo e desaparecendo ao longo do tempo. Como defende Sanches (2014), os partidos com estabilidade organizacional e ideológica apresentam maior propensão para mudar ou promover regras de concorrência. Observa-se na sequência das eleições que acontecem imediatamente a seguir ao conflito (2008) a elaboração e apresentação da Constituição da República de Angola (pela maioria parlamentar do MPLA (Bessa, 2015) e a definição, na sequência, do sistema eleitoral.

4.2. Influência da guerra civil e do seu desfecho

A análise do caso angolano mostra que a guerra civil e a vitória militar em 2002 do partido MPLA que governava o país ininterruptamente desde a independência (1975) influenciaram a institucionalização do sistema partidário do pós-guerra, no sentido de serem fatores exógenos. Como argumenta Tilly (2001), os mecanismos implicam escolhas fatores, ou seja, o ambiente a volta de todo um contexto pode enriquecer, expandir ou desintegrar um determinado sistema ou procedimento ou a vida social.

Desde logo, o MPLA controlou as regras do jogo e a partilha do poder. Como refere Bessa (2015) é na sequência dos resultados advindos das eleições que o MPLA S apresenta capaz, detendo maioria parlamentar, de elaborar a constituição de 2010 e na sequência o sistema eleitoral em vigor. O cenário pós-2002 fragilizou a oposição e o resultado eleitoral expõe isso, a UNITA consegue apenas 16 deputados, o número mais expressivo na oposição num universo de 220 deputados. Como refere o entrevistado E, “... o acordo do Luena foi assinado depois da morte do líder da UNITA; situação de fragilidade da UNITA; o acordo é quase impossível de ser justo”. Esta situação influenciou os resultados eleitorais, o que corrobora com a perspectiva do efeito congelador do conflito sobre o sistema, permitindo que um partido ganhe consecutivamente várias eleições, ou seja, torne viável o sistema de partido dominante (Ishiyama, 2014).

Repare-se que os partidos atuam num ambiente marcado por um sistema judicial fraco e tendencioso e restringe a competição aos ex-beligerantes (Zeeuw, 2010) pois, os vencedores do conflito capturam o estado por meio do processo eleitoral, servem-se do poder para oprimir oponentes e transformam a presidência numa autocracia baseada na

violência, supressão e nepotismo (Joshi, 2010): “... entendo que a forma como o conflito angolano culminou contribuiu para a continuidade do MPLA no poder. Por um lado, em função da capitulação da UNITA em 2002, mas sobretudo em razão do controlo da máquina pública de forma partidarizada, repercutindo nos questionáveis resultados eleitorais” (entrevista F); e ainda, “... a maneria como está feita a constituição do MPLA dá vantagem ao vencedor do conflito sobre os demais. O chefe do partido fica ele mesmo o presidente e sendo o mesmo, será sempre ele a ganhar as eleições e a impingir-nos os seus deputados. Quem está no poder tem todos os meios” (entrevista J).

Por outro lado, na dimensão legitimidade as eleições, o conflito armado e o seu desfecho influenciaram ao nível das expetativas eleitorais dos ex-beligerantes. Verifica-se que o modo como termina o conflito dita o posicionamento dos envolvidos, remete os perdedores a uma situação de fragilidade, ao contrário do detentor do governo que, vindo de uma vitória militar, é suficientemente forte para controlar os seus inimigos (Joshi, 2010).

As entrevistas realizadas apontam para o enfraquecimento da UNITA no pós-guerra, sobretudo pelas perdas com que se depara. “... tínhamos perdido o nosso presidente, vice-presidente e não tínhamos o braço armado. Havia que se adaptar ao novo contexto (entrevista N)”. A vitória militar da parte do governo do MPLA permitiu-lhe uma posição de conforto em relação as expetativas eleitorais, pois, terminado o conflito com “... a atribuição do processo eleitoral nas mãos do governo, todas as instituições ficaram nas mãos do governo”, ou seja, “... as maiorias qualificadas estão ligadas ao modo como o conflito terminou ...” (entrevista C), e continuou: “... Angola não é uma democracia. A eleição não é um instrumento de competição política. A forma como o conflito termina influenciou os resultados eleitorais” (entrevista E). Face ao exposto, pode-se afirmar que, em muitos casos, as eleições multipartidárias e transição para a democracia em África são um mecanismo de resolução de conflitos (Fisher, 2000; Ishiyama, 2014), portanto, não é favorável à sobrevivência da democracia (Joshi, 2010).

A longa guerra civil entre o MPLA e a UNITA e a vitória militar do primeiro sobre o segundo também influenciou ao nível da geografia eleitoral, mostrando as raízes dos ex-beligerantes na sociedade. Os resultados eleitorais das três eleições revelam que o MPLA e a UNITA que é difícil afirmar que ambos recolhem mais votos nas zonas dominadas pelos mesmos durante a guerra (desenvolver esta ideia se faz sentido e remeter

para Anexo para resultados eleitorais por província). Pode-se aferir das entrevistas que o conflito civil permitiu que a disputa eleitoral no pós-guerra estivesse concentrada nos ex-beligerantes (UNITA e MPLA), porém, a recolha de votos destes não seguiu a lógica de zonas antes ocupadas por eles motivada pelo “... êxodo populacional ... os resultados das estatísticas demográficas do nosso país estão mais virados para interesses de manutenção do poder ... (entrevista B)” ou “... o resultado das urnas é fabricado e não temos como analisar se o resultado dos partidos nas diferentes regiões tem a ver ou não com o conflito. Não importa ver se os resultados tiveram ou não a ver com a guerra porque o que importa não é quem votou, mas quem contou os votos (entrevista E)”. Verifica-se um baixo nível de volatilidade eleitoral e legislativa que permitiram que o mesmo partido vencesse três eleições consecutivas (2008, 2012, 2017) (tabela 5). Neste contexto, os novos partidos ou aqueles fora do âmbito de ex-beligerantes encontram dificuldade, tais como, a capacidade de mobilização, financiamento e prossecução dos seus interesses. Portanto, enfrentam elevados sinais de exclusão no processo de representação (Dundão, 2018; Ishiyama, 2014; Zeeuw, 2010) e uso do poder para oprimir opositores (Joshi, 2010).

Por último quanto à organização e estabilidade interna dos ex-beligerantes, os dados recolhidos apontam para a noção de queque, apesar das reorganizações estratégicas no pós-guerra, organismos políticos continuam sendo organizações estáveis. “... a liderança, depois da morte do líder, trouxe a perspectiva da negociação da paz em vez da continuação da guerra ... (entrevista C)”, “... nós tínhamos consciência de que não estaríamos em condições, como em 1992, porque dum lado já tínhamos perdido o nosso presidente, vice-presidente e o braço armado ... havia que se adaptar ao novo contexto e é isso que aconteceu ao longo das eleições subsequentes (entrevista N)”. Isto permite concluir que não se observaram fusões nem cisões no contexto angolano, por isso, os organismos políticos em análise continuam estáveis. Apesar de haver eleições periodicamente, o resultado é previsível, ou seja, o mesmo partido consegue consecutivamente maiorias absolutas. Embora as fusões e cisões dentro ou fora da competição partidária sejam importantes e se caracterizem pela decisão de um organismo político em dissolver-se e juntar-se a outro organismo político ou em criar uma nova identidade (Sanchez, 2014), não se pode aferir o seu impacto. Porém, as mudanças de postura de ambas as partes (UNITA e MPLA), no pós-guerra, tiveram um peso significativo e importante para que continuassem organizações estáveis, apesar das vicissitudes advindas da forma do fim do conflito.

5. Conclusões

Esta investigação procurou entender de que forma a guerra civil e o modo como termina influenciam a institucionalização de sistemas partidários em contextos multipartidários pós-guerra, através do caso angolano.

A análise do grau de ISP de Angola desde o fim da guerra civil revela que o seu sistema partidário se pode caracterizar como hiperinstitucionalizado, não sofrendo alterações ao longo do tempo, combinando baixos níveis de democratização, embora a participação eleitoral apresente alta percentagem nas eleições de 2008 (78%), mas com altos níveis de institucionalização. Este elevado grau de ISP para regimes multipartidários com histórico de conflito civil armado, como o angolano, levantam a relevante questão sobre a relação entre a ISP e a qualidade da democracia, sendo que Angola é um regime autoritário competitivo. Refira-se, com base nas entrevistas, que os observadores eleitorais internacionais consideraram as eleições livres e justas e a oposição aceitou os resultados eleitorais analisados. Entretanto, a nível interno, têm sido levantadas sérias interrogações.

De facto, o efeito congelador do conflito civil sobre o sistema (Ishiyama, 2014) e altos níveis de ISP favorecem as não-democracias, pois o controlo das instituições pelo partido-estado gera o pouco impacto dos novos partidos, dado que a disputa eleitoral fica concentrada entre os dois antigos beligerantes. Isto corrobora a ideia de que a relação entre a ISP e a democracia e/ou sua qualidade não é linear e os acordos de paz e a transição para as eleições multipartidárias funcionam como mecanismos de resolução de conflitos (Ishiyama, 2014) e não como promotores imediatos da democratização, podendo inclusivamente reforçar o autoritarismo vigente.

Quanto à influência da guerra e do seu desfecho, a análise revela que o conflito armado tem impacto significativo sobre os padrões estáveis de competição eleitoral. Isto é importante porque cria um sistema de partido dominante por meio do seu efeito congelador sobre a competição partidária.

O conflito propiciou no pós-guerra uma disputa política eleitoral centrada nos ex-beligerantes. O MPLA e a UNITA ocuparam o espaço político nacional. Este cenário faz com que apenas eles possam obter mais votos ao longo do tempo, ou seja, o MPLA

concentra a maior fatia de votos perdendo alguns porcentos ao seu adversário ex-oponente no conflito. Verificou-se que a forma como o conflito terminou permitiu que o vencedor definisse as regras do jogo, sem partilhar o poder nem incluir o ex-beligerante e os demais partidos presentes na disputa eleitoral. Pode-se até afirmar que a maneira como o conflito terminou permitiu ao MPLA legitimar maiorias absolutas, não só em 2008, mas também nos anos subsequentes. Esta situação tornou possível a redação do Memorando de Paz sem condições de garantia de partilha de poder e de inclusão dos interesses dos oponentes. Tenha-se em conta que, por lado, o acordo do Luena foi assinado depois da morte do líder da UNITA o que expôs a UNITA a uma situação de fragilidade, por outro lado, a adoção do sistema proporcional, segundo Dundão (2018), gerou consecutivas maiorias qualificadas.

Apesar do desfecho do conflito por vitória militar que fragilizou a UNITA, com a morte de Savimbi, este ex-movimento de libertação teve de chamar os seus quadros que estavam no exterior que de outra forma não seriam convocados para regressarem. A escolha de Isaiás Samakuva, como sucessor de Savimbi, obrigava-o a seguir em conformidade com a história da UNITA, sendo fiel as suas raízes sem deixar de lutar pela sobrevivência do partido no contexto nacional. Situação diferente se verificou em relação ao MPLA que estando em situação de vantagem não foi obrigado a reorganizar-se e não abdicou do seu estatuto privilegiado. Esta realidade permitiu que os dois ex-beligerantes continuassem organizações estáveis tanto a nível organizacional como ideológico.

Conclui-se, no entanto, que a influência da guerra civil e a forma como termina vê-se ao nível do seu efeito congelador sobre o sistema, propiciando um sistema de partido dominante e concentrando a disputa eleitoral nos ex-beligerantes.

6. Bibliografia

- Almeida, C., & Sanches, E. (2010). «Das balas aos votos»: um estudo comparado das primeiras eleições pós-guerra civil em Angola e Moçambique. In *PALOP: Investigação em debate* (pp. 119–138).
- Baptista, J., & Nzatzola, L. (n.d.). *Crescimento da População em Angola: “um olhar sobre a situação e dinâmica populacional da cidade de Luanda.”*
- Berat, L., & Shain, Y. (1990). *Retribution or Truth-Telling in South Africa? Legacies of the Transitional Phase.*
- Bértoa, F. C. (2016). The Three Waves of Party System Institutionalisation Studies: A Multi- or Uni-Dimensional Concept? *Political Studies Review*, 16(1), 60–72. <https://doi.org/10.1177/1478929916677136>
- Bessa, J. (2015). Notas sobre o Sistema eleitoral angolano. *Revista Do Direito de Língua Portuguesa*, 137–171.
- Binningsbo, H. M., & Dupuy, H. M. (2009). Africa Spectrum Using Power-Sharing to Win a War: The. *Africa Spectrum*, 44, 87–107.
- Carothers, T. (2002). The end of the transition paradigm. *Journal of Democracy*, 13(1), 1–18.
- Cheeseman. (2017). The Second Liberation: Economic Decline, the End of the Cold War, and the Struggle for Democracy. In *Democracy in Africa* (pp. 1–28). Cambridge University Press.
- Cheeseman, N., Collord, M., & Reyntjens, F. (2018). War and Democracy: The Legacy of Conflict in East Africa. *The Journal of Modern Africa Studies*, 56, 1–41.
- Collier, P., & Hoeffler, A. (2002). On the incidence of civil war in Africa. *Journal of Conflict Resolution*, 46(1), 13–28.
- Costalli, S., & Ruggeri, A. (2019). The Long-Term Electoral Legacies of Civil War in Young Democracies: Italy, 1946-1968. *Comparative Political Studies*, 52(6), 1–35.
- Dundão, S. (2018). *O Sistema Eleitoral das Autarquias. Uma Visão Política Comparada.*
- Duvall, R., & Welfling, M. (1973). Social Mobilization, Political Institutionalization, and Conflict in Black Africa. *Journal of Conflict Resolution*, 17(4), 673–701.
- Fisher, R. (2000). *Sources of Conflict and Methods of Conflict Resolution.*
- Hedström, P., & Ylikoski, P. (2010). Causal mechanisms in the social sciences. *Annual Review of Sociology*, 36, 49–67.
- Hicken, A., & Kuhonta, E. M. (2011). Shadows From the Past: Party System Institutionalization in Asia. *Comparative Political Studies*, 572–597.

- Huang, R. (2016a). *the wartime origins of democratization: civil war, rebel governance, and political regimes*. combridge univcersity press.
- Huang, R. (2016b). War-Making, Mobilization, and Democratization. In *The Wartime Origins of Democratization*. Cambridge University Press.
- Huntington, S. P. (1965). *Political development and Political Decay* (Vol. 17, pp. 386–430). johns Hopkins University Press.
- Huntington, S. P. (1996). Political order in changing societies. In *Political Order in Changing Societies*. Yale University Press.
- Huntington, S. P. (2012). *The Third Wave: Democratization in the Late 20th Century*. univerity of Oklahoma press.
- Ishiyama, J. (2014). Civil Wars and Party SystemsAuthor(s): John Ishiyama. *Social Science Quarterly*, 95, 1–24.
- Jarstad, A. K., & Sisk, T. D. (2008). *From War to Democracy: Dilemmas of Peacebuilding*. Cambridge University Press.
- Joshi, M. (2010). Post-civil war democratization: Promotion of democracy in post-civil war states, 1946-2005. *Democratization*, 17(5), 826–855.
- Joshi, M. (2013). Inclusive institutions and stability of transition toward democracy in post-civil war states. *Democratization*, 20(4), 1–30.
- Kreuzer, M. (2009). How party systems form: Path dependency and the institutionalization of the post-war German party system. *British Journal of Political Science*, 39(4), 669–697.
- Kuenzi, M., & Lambright, G. (2001). Party System Institutionalization in 30 African Countries. *Party Politics*, 7(4), 437–468.
- Linz, Juan J. and Stepan, A. (1996). *Problems of democratic transition and consolidation: southern Europe, south America, and Post - comunist Europe*.
- Mainwaring, S. (2002). Os objetivos dos partidos sob regimes autoritários eleitorais ou democracias frágeis. Jogo em duas frentes. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, 2(2), 249–272.
- Mainwaring, S., & Torcal, M. (2005). Teoria e institucionalização de sistemas partidários após a terceira onda de democratização. *Opinio Publica*, XI, 249–286.
- Mair, P. (1996). Party System and structures of competion. In L. LeDuc, R. G. Niemi, & P. Norris (Eds.), *Comparing Democracies: Elections and Voting in Global Perspective* (pp. 83–106). Sage Publications.

- Mason, T. D., Weingarten, J. P., & Fett, P. J. (1999). _Win, Lose, or Draw: Predicting-tthe Outcome of Civil Wars What characteristics of a civil war determine whether it will end in. In *Political Research Quarterly* (Vol. 52, Issue 2).
- Muekalia, J. (2015). *Angola. A segunda Revolução, Memórias da luta pela democracia* (4th ed.). sextante editora.
- Rak, J. (2017). Huang, R. The Wartime Origins of Democratization: Civil War, Rebel Governance, and Political Regimes. In *The British Journal of Sociology* (Vol. 68, Issue 3). Wiley-Blackwell.
- Randall, V., & Svåsand, L. (2002). Political parties and democratic consolidation in Africa. *Routledge*, 9(3), 30–52.
- Riedl, R. B. (2014a). *Authoritarian Origins of Democratic Party Systems in Africa* (Combridhe University Press, Ed.). Combridge university Press.
- Riedl, R. B. (2014b). *Authoritarian Origins of Democratic Party Systems in Africa*. Combridge University Press.
- Romano, D., & Gurses, M. (2014). Conflict, democratization, and the Kurds in the middle east: Turkey, Iran, Iraq, and Syria. In *Conflict, Democratization, and the Kurds in the Middle East: Turkey, Iran, Iraq, and Syria*. Palgrave Macmillan.
- Sanches, E. R. (2010). Institucionalização dos Sistemas Partidários na África Lusófona – O caso cabo-verdiano. *Cadernos de Estudos Africanos*, 111–138.
- Sanches, E. R. (2014). *Explaining party system institutionalization in Africa: from a broad comparison to a focus on Mozambique and Zambia* (Issue November).
- Sanches, E. R. (2018). *party system in young democracies: varieties of institutionalization*.
- Sanches, E. R. (2020). Transitions to democracy, institutional choices and party system stability: lessons from small African islands. *Journal of Contemporary African Studies ISSN:*, 38, 186–204.
- Sérgio, D. (2018). Artigos_de_Opiniao_sobre_o_Sistema_Eleit. *Novo Jornal*.
- Sindre, G. M., & Söderström, J. (2016). Understanding armed groups and party politics. *Civil Wars*, 18(2), 109–117.
- Tilly, C. (2001). Mechanisms in Political Process. *Ann. Rev. Polit. Sci.*, 21–41.
- Triviños, A. N. Silva. (1987). *Introdução à pesquisa em ciências sociais : a pesquisa qualitativa em educação : o positivismo, a fenomenologia, o Marxismo*. Atlas.
- Zeeuw, J. de. (2010). “Sons of war”: Parties and party systems in post-war El Salvador and Cambodia. *Democratization*, 17(6), 1176–1201.

Anexo 1.

Tabela 6. lista de entrevistados

Nome		Data e local	Instituição	Posição
Elite política				
2	Luciano Tchimbundu	4/5/2021 Ondjiva	MPLA,	(SINSE) serviços de informação e segurança do estado
3	Eduardo Hungulo	5/5/2021 Huíla	MPLA; CNE	Militante e ex-diretor municipal da CNE.
4	Navita Ngolo	28/7/2021 Watsap	UNITA	Deputada, sec. prov. Huambo
5	Adriano Sapingala	25/6/2021 watsap	UNITA	Deputado, sec. Prov. benguela
6	Nelito Ekuikui	19/8/2021 watsap	UNITA	Deputado, sec. Prov. Luanda
7	Angélico de Miserias	2/5/2021 Huambo	UNITA	Ex-militar da UNITA e membro do comité Huila
8	Manuel Mucanda	9/6/2021 Watsap	CASE-CE	Deputado, Namibe
Organizações da sociedade civil				

9	D. Gabriel Mbilingi	6/5/21 - Lubango	Justiça e Paz (Ceast)	Presidente
10	D. Zacarias Kamwenho	6/5/21 - Lubango	COIEPA	Coo- fundador
11	Sr. Fingo	28/7/2021 watsap	ACC	Diretor executivo
12	Eduardo Rocha Bié	27/8/2021 Watsap	CNE, Onkokwa	Professor, e funcionário da CNE
Académicos				
13	Nelson Domingos	18/9/2021 e-mail	UCAN	
14	Sérgio Dundão	19/4/2021 Skype	Investigador independente	
15	Domingos da CRUZ	31/8/2021 watsap	Observatório de imprensa	
16	Luzia Moniz	27/8/2021 e-mail	Jornalista	

Anexo 2

Guião de entrevista

A. Preâmbulo

A.1. Apresentação

O meu nome é José Sisto Manuel Sacatu, sou estudante do Mestrado em Ciência Política no Instituto Universitário de Lisboa – ISCTE – IUL (ver declaração em anexo); A minha investigação consiste num estudo sobre o sistema partidário em Angola, com o objetivo de compreender de que forma o legado da guerra civil influenciou o desenvolvimento do sistema partidário no país.

A2. Objetivo da entrevista

Gostaria de lhe levantar algumas questões sobre a influência do conflito armado (1975- 2002) na competição partidária, na relação dos partidos com a sociedade e organização interna dos partidos em Angola.

A3. Estrutura e duração da entrevista

A entrevista é composta por 7 perguntas. Prevê-se uma duração máxima de 25 a 30 minutos.

A.4. Autorização para gravar e confidencialidade

Antes de iniciar a entrevista, gostaria de lhe perguntar se posso gravar a entrevista e se posso tomar notas. A gravação bem como as notas serão utilizadas exclusivamente para o âmbito da minha investigação académica e serão guardadas no computador pessoal garantido a segurança e confidencialidade dos entrevistados através de uma encriptação de dados.

Por favor, sinta-se à vontade sempre que desejar que interrompa a gravação ou as notas para partilhar algo *off the record*.

Antes de mais,

I. Pode falar-me um pouco mais sobre os seus antecedentes pessoais? (carreira educativa, profissional e política e motivações para se envolver na política).

B. Influência do conflito civil na ISP

1. Considera que o conflito armado e seu desfecho influenciaram que o mesmo partido vencesse as três eleições consecutivas após o fim da guerra (2008, 2012, 2017) (Oposição, sociedade civil e académicos)?

2. Considera que o conflito influenciou a recolha de votos dos principais partidos (MPLA e UNITA) a nível nacional? (Todos)

3. Considera que o modo do fim do conflito influenciou o processo/ expectativa eleitoral dos beligerantes? De que forma? (sociedade civil e académicos)

4. Considera que o conflito e seu desfecho influenciaram a estabilidade e mudanças organizacionais intrapartidárias ao longo do tempo? (oposição, sociedade civil e académicos)

5. Considera que a guerra civil e o seu desfecho influenciaram a qualidade do processo eleitoral? De que forma? (oposição, sociedade civil e académicos)

6. Considera que os novos partidos (CASA-CE, APN, PRA-JA), surgidos entre 2008 e 2017 têm surgido num ambiente institucional que neutraliza o seu impacto à competição eleitoral e dificulta a prossecução de seus interesses partidários? De que forma? (todos)

7. Acha que a oposição em Angola teria conseguido mais votos não fosse o passado de guerra civil e como a mesma terminou? Porquê? (todos)

C. Final

Estamos quase a chegar ao fim desta entrevista.

C.1. Gostaria de perguntar-lhe se considera importante analisar ou discutir algum outro aspeto que não tenha sido abordado adequadamente nesta entrevista. Aproveito também a oportunidade para lhe perguntar se recomenda a consulta ou leitura de alguma publicação ou de documentos relevantes relacionados com esta investigação. Por último, uma vez que necessito de entrevistar outros membros..., que nomes me poderia indicar e ou sugerir (e, se possível, a melhor forma de chegar até eles)?

C.2. para terminar se necessitar de utilizar/citar alguma parte desta entrevista, posso atribuir a mesma ao seu nome ou prefere que seja indicado como fonte anonima?

Muito obrigado pela sua disponibilidade e testemunho

Anexo 3

Tabela 7. Resultados eleitorais ao longo do tempo (2008, 2012 e 2017).

	2008		2012		2017	
	% votos	assentos	% votos	assentos	% votos	assentos
MPLA	81,64	191	71,85	175	61,07	150
UNITA	10,39	16	18,67	32	26,67	51
PRS	3,17	8	1,71	3	1,35	2
ND	1,2	3	0,23	-	-	-
FNLA	1,11	2	1,13	2	0,93	1
PDP-ANA	0,51	-	-	-	-	-
PLD	0,33	-	-	-	-	-
AD	0,29	-	-	-	-	-
PADEPA	0,27	-	-	-	-	-
FPD	0,26	-	-	-	-	-
PAJOCA	0,24	-	-	-	-	-
PRD	0,22	-	-	-	-	-
PPE	0,19	-	-	-	-	-
FOFAC	0,17	-	-	-	-	-
CASA-CE	-	-	6	8	9,45	16
PAPOD	-	-	0,15	-	-	-
FUMA	-	-	0,14	-	-	-
CPO	-	-	0,12	-	-	-
APN	-	-	-	-	0,51	-

Tabela 8. Cálculos da ISP relativos ao período 2008/2012

	votos				assentos	
	diferença	volatilidade eleitoral	Percentagem ganha por novos partidos	Alternância no governo	diferença	volatilidade e legislativa
MP LA	- 9,79	1,96	0	1	-16	4
UNI TA	8,28				16	
PRS	- 1,46				-5	
ND	- 0,97				-3	
FNL A	0,02				0	
PDP - ANA	-				-	
PLD	-				-	
AD	-				-	
PAD EPA	-				-	
FPD	-				-	
PAJ OC A	-				-	
PRD	-				-	
PPE	-				-	

FOF AC	-				-
CAS A- CE	-				-
PAP OD	-				-
FU MA	-				-
CPO	-				-
APN	-				-

Tabela 9. Cálculos da ISP relativos ao período 2012/2017

	votos				assentos	
	diferença	volatilidade eleitoral	Porcentagem ganha por novos partidos	Alternância no governo	diferença	volatilidade legislativa
MP LA	- 10,7 8	0,055	0	1	-25	0
UNI TA	8				19	
PRS	- 0,36				-1	
ND	-				-	
FNL A	-0,2				-1	
PDP - ANA	-				-	
PLD	-				-	
AD	-				-	
PAD EPA	-				-	
FPD	-				-	
PAJ OC A	-				-	
PRD	-				-	
PPE	-				-	

FOF AC	-				-
CAS A- CE	3,45				8
PAP OD	-				-
FU MA	-				-
CPO	-				-
APN	-				-